

BASTA!



Não podemos permitir que dinheiros públicos sirvam os interesses dos privados no ensino

A Constituição da República Portuguesa assegura o direito universal ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Compete ao Estado, designadamente, a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.

Com a medida que visa a fiscalização criteriosa e consequente da aplicação dos dinheiros do Estado, agitam-se os empresários do ensino privado e a direita que usam todos os meios para, em nome dos interesses de um pequeno número de colégios que celebraram contratos de associação, fazer da educação um negócio e pôr em causa valores essenciais da política educativa.

Este processo evidencia a demagogia dos que defendem o funcionamento do mercado na política educativa e depois mostram que não podem passar sem os dinheiros públicos; dos que defendem a austeridade e o encerramento dos serviços públicos, mas exigem que o Estado continue a financiar interesses privados.

**No dia 18 de Junho
vamos defender a Escola Pública e exigir:**

1. Que não haja duplicação do financiamento e que, no respeito pela Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;
2. Que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;
3. Que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativos, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.